

Fátima Vieira
Maria Teresa Castilho
(orgs.)

Estilhaços de Sonhos:
Espaços de Utopia

quasi

Utopias na Linguística

Fátima Oliveira
Universidade do Porto

Ao pensar em Utopia e na possível relação com a Linguística questionei-me sobre qual o sentido actual de Utopia e em que medida se relaciona ainda com o que Thomas More lhe atribuiu no seu livro, ao criar a palavra a partir do grego com o significado de «lugar nenhum» ou «nenhures».

Consultando alguns dicionários, verifiquei que a palavra surge também associada a *quimérico, ideal, perfeito, altamente desejável mas impraticável*. No entanto, parece-me que a palavra surge também associada hoje em dia a *esperança* e, acrescentarei, de realização de um projecto, de solução de problemas ou de procura do novo. Nesta medida, *utopia* associa-se a *sonho* no sentido que Gedeão lhe dá quando diz que «o sonho comanda a vida». E, se comanda a vida, também comanda um domínio científico como a Linguística.

A capacidade humana de sonhar/imaginar é fundamental na medida em que cria condições para os homens, com base no conhecido, realizarem o extraordinário e o impossível, pondo problemas que ultrapassam as suas capacidades e que, ao resolvê-los, se enriquecem, pois «sempre que um homem sonha o mundo pula e avança» como diz o poeta. A utopia e o sonho parecem-me essenciais, quer na vida, quer na investigação científica. Porém, o novo nunca se apresenta de forma sonora, reconhecido por todos: por vezes quase parece uma excentricidade e é muitas vezes inquietante. Há momentos na vida e também na história das ciências em que se envereda por um caminho novo, se abandona o hábito, o previsível e quanto mais importante é a aposta mais arriscada e incerta ela é.

Mas comecemos então pela palavra *utopia*. Parece extraordinário inventar uma palavra para designar um lugar que é lugar nenhum, embora outras existam como *ninguém* e *nada* com equivalentes em muitas outras

línguas. Mas *ninguém* e *nada* significam que não existe um único indivíduo ou coisa a que se atribui uma certa propriedade. É claro que, quando Ulisses, na Odisseia, diz ao Cíclope chamar-se Ninguém ou, mais perto de nós, o romeiro responde Ninguém à pergunta «quem és tu?», não estão a dizer que não existem enquanto indivíduos: trata-se de uma elaboração sobre a palavra em que *ninguém* surge ainda por oposição a *alguém*.¹

As línguas em geral têm diferentes meios para expressar negação, independentemente das formas e formatos que adquirem consoante a sua morfologia, sintaxe e semântica. Somos, portanto, capazes de imaginar o contraditório, o contrário e a ausência de algo e até criar novos sentidos a partir daí. Esta capacidade da mente humana para falar de *nenhures* é a manifestação de uma capacidade mais geral – observável em palavras e construções das línguas – em compreender, produzir, construir e inventar conceitos. Com isto, quero dizer que uma parte considerável das palavras que vamos aprendendo ao longo da vida são conceitos abstractos que, sob certas condições, podem designar entidades ou situações concretas.

Nesta medida parece compreensível associar, deste ponto de vista, uma palavra como *utopia* a palavras como *unicórnio*, *tágides*, *anjo*... isto é, podemos falar daquilo que é inexistente. Mas também daquilo que existiu ou que está para existir sem lhe termos acesso directo.² Na verdade, isso é o que ocorre a maior parte das vezes: não estamos na presença daquilo de que falamos, tendo as línguas vários meios ao seu dispor para fazer essas distinções como sejam, entre outros, nomes próprios, demonstrativos, determinantes, quantificadores, conceitos, tempos gramaticais, construções completivas, relativas e modo.

Assim, talvez não seja uma coincidência que uma espécie que inventou os números e a lógica, os termos de espécie, fases da vida, actos legais (e ilegais), que concebe buracos negros, que é capaz de, através de cálculos matemáticos, dizer que a terra gira à volta do sol, de fazer poesia e construir teorias científicas, também tenha inventado frases gramaticais e processos de formação de palavras e lhes atribua significado.

Uma língua, a nossa língua surge-nos tão naturalmente que é fácil esquecer como é um dom maravilhoso. Pelo mundo fora membros da espécie humana produzem sons e ouvem outros fazer o mesmo não só porque gostam dos sons, mas porque estes contêm informação da parte

de quem os produz. Por isso, quando ouvimos falar, podemos ser levados a pensar em algo em que não tínhamos pensado. A linguagem permite-nos, assim, elaborar, construir, reconstruir, organizar conceitos ou ideias e partilhá-los com os outros.

A linguagem humana tem fascinado as pessoas desde há milhares de anos, mas o desafio maior em compreendê-la é o de dar conta do seu ilimitado poder expressivo. Noam Chomsky sugeriu uma vez que a nossa ignorância pode ser dividida em problemas e mistérios. Quando encaramos um problema, podemos não saber a sua solução, mas partimos de algumas observações, temos um crescente conhecimento e uma suspeita daquilo que procuramos. Quando encaramos um mistério podemos ficar admirados ou maravilhados, mas sem saber que forma terá uma possível explicação, ou até o que procurar. A Linguística tem como seu objectivo primordial olhar para a complexidade das línguas como problema, mas sabendo que há ainda mistérios por desvendar. Nesta medida, podemos conceber que a compreensão total da linguagem humana é uma Utopia no sentido que explicitiei anteriormente.

O estudo da linguagem é muito antigo e podemos atestá-lo na Antiguidade Clássica, na Grécia, e na Índia, na era pré-cristã. A Gramática de Panini formulada há pelo menos 2350 anos contém à volta de 4000 sutras, regras formais para as formas de palavras do Sânscrito, e é no dizer de Bloomfield (1933: 11) «um dos maiores monumentos da inteligência humana». Mas o estudo das línguas esteve muitas vezes associado ao estudo do pensamento, considerando que a linguagem poderia ser um «espelho da mente». ³ Vejam-se, por exemplo, os estudos de Aristóteles – a quem devemos para a Linguística pelo menos partes da sua lógica e conceitos ainda hoje utilizados como sujeito, predicado, substantivo – que constrói as suas categorias na base das categorias gramaticais do Grego, isto é, identificava o pensamento com o seu veículo natural (*koinè*).

Mas muitos ao longo dos séculos foram assumindo de formas diversas a articulação língua/pensamento e outros, por outro lado, como Dante, em *De vulgari eloquentia*, dividiu as línguas românicas em três grupos descendentes, através das línguas vernáculas, do Latim. ⁴ Foi, no entanto, William Jones que em 1786 conseguiu chamar a atenção para algumas semelhanças entre o Sânscrito, o Grego e o Latim (e possivelmente o Gótico

e o Celta), sugerindo que descendiam de uma fonte comum. O trabalho não assentava numa investigação sistemática, mas a ideia era a de que não se devia procurar a origem de uma língua particular noutra língua também observável como o Latim, o Sânscrito, o Hebreu, mas que podia ser encontrada numa língua hipotética para a qual não havia registos. Esta observação teve um efeito profundo e marca o início de um vasto e diversificado trabalho filológico, dando origem a uma disciplina que agora chamamos Linguística. Coube, no entanto, a Franz Bopp, a partir de 1816, e a muitos outros, entre os quais Ramus Rask, Jakob Grimm, August Pott, Karl Brugmann, realizar o trabalho mais sistemático de comparação entre as línguas durante o século XIX.

Combinar a comparação de línguas com a sua história (ou evolução), de forma a encontrar os pontos de contacto entre línguas aparentemente muito diversas, levou ao estabelecimento de leis fonéticas procurando assim reconstruir para a família indo-europeia o Proto-Indo-Europeu.⁵

Podemos neste momento dizer que se tratou de uma importante Utopia nos estudos linguísticos, que, de forma indirecta e com objectivos diversos, corresponde a perguntas enquadradas em preocupações e domínios mais vastos: qual a primeira língua (ou a língua perfeita), como se terá constituído e quando.⁶ Parte destas perguntas são mais recentemente articuladas com questões de evolução do homem e de quando adquiriu capacidade para comunicar e falar, associando Arqueologia, Anatomia e Genética.

Note-se que estas perguntas, de difícil resposta, estão de certa forma subjacentes quando se recorre à etimologia para procurar o que se pensa ser o «verdadeiro» significado de uma palavra, esquecendo que as línguas mudam e os significados também ou que uma língua não é só um mero inventário de palavras.⁷

Mas são também estas questões que estão subjacentes na polémica da Antiguidade Clássica entre os naturalistas e os convencionalistas. Num conhecido Diálogo, Platão faz aparecer as duas visões atribuindo a Hermógenes a ideia de que a escolha das palavras foi feita por lei ou convenção humana (*nomos*) e a Crátilo a de que foi segundo a sua natureza (*physis*). Para Sócrates, no entanto, o conhecimento não depende da relação com os nomes mas antes com as coisas ou ideias.

Como se sabe, este debate foi aparentemente «resolvido» em favor da concepção convencional quando Saussure, no princípio do século XX, considerou uma versão da convencionalidade ao dizer que o elo que liga o som e o significado é arbitrário, marcando um momento crucial da história da Linguística.

Assim, a Linguística teve um início em certa medida como uma ‘ciência’ histórica e foi extremamente influente no século XIX em que linguistas, biólogos e historiadores falavam entre si e se liam uns aos outros. O problema central neste século era o de tentar responder à questão de como é que uma língua chegou a ser como é.⁸ Apesar da relevância desses estudos linguísticos, podemos dizer que as visões actuais são diferentes em certa medida porque as questões que se colocam também são diferentes. De facto, podem fazer-se perguntas muito diversas acerca da linguagem: como é adquirida pelas crianças, como varia socialmente, como é usada pelos poetas, em que medida e como está localizada no cérebro, etc.

O avanço no conhecimento linguístico no século dezanove deve-se a vários factores mas em especial ao estabelecimento de um método – o método comparativo estabelecido por Franz Bopp – e à formulação de leis fonéticas, como a conhecida lei de Grimm sobre a mudança do sistema consonântico germânico em comparação com outras línguas indo-europeias e, mais tarde, as de Verner em que as excepções são incorporadas. Repare-se então que há a ideia de método e a de que a mudança linguística é regida por leis, evidenciando que as línguas não mudam ao acaso. Claro que não são leis com o alcance da lei da gravidade de Newton na medida em que se tratava de línguas específicas (atestadas ou reconstruídas) que mudavam de forma sistemática. No entanto, as propostas dos Neo-gramáticos são consideradas por alguns (Davies 1998) como uma espécie de revolução kuhniana quanto à técnica e à metodologia.

Os estudos realizados no século dezanove reflectem dois modelos dominantes na época sobre o que a ciência devia ser: a mecânica de Newton e a teoria da evolução de Darwin. Newton via todos os fenómenos como passíveis de ser descritos por leis deterministas de força e movimento de modo que eram previsíveis de forma linear, como a segunda lei de Newton, conhecida como lei da aceleração ou princípio da acção, pode ilustrar: a variação do movimento é proporcional à acção das forças que

o movem e produz-se na direcção da força que actua (força = massa x aceleração).⁹ Darwin foi inspirado pelos estudos linguísticos, mas também influenciou estes quando foi considerado que as línguas eram organismos naturais e que por isso nascem, vivem e morrem.¹⁰

Em certos momentos há também no século dezanove um certo interesse ou menção de uma vertente mental (ou psicológica) da linguagem. Karl Brugman considerava que o mecanismo da fala tinha duas vertentes, a mental e a física, mas este aspecto será abandonado por largos anos.

Mas os Neo-gramáticos tinham dois problemas, segundo Lightfoot (1999). Em primeiro lugar, algumas regularidades da mudança linguística não podiam ser vistas em termos puramente fonéticos e por isso não eram os sons que mudavam, mas possivelmente uma espécie de sistema abstracto. É neste enquadramento que introduzem a analogia, isto é, a mudança analógica. Em segundo lugar, a ideia de que as línguas mudam no sentido de se tornarem mais simples não dá conta da razão por que uma mudança ocorre no momento em que ocorre.

Assim, embora os estudos históricos das línguas não tenham sido refutados ou considerados inadequados, o estruturalismo coloca-os de parte. Saussure, ao separar Diacronia de Sincronia instaura um novo momento na história da Linguística na medida em que, para além da exigência de um método (neste caso, o sincrónico), introduz a necessidade de construir um objecto de análise ao qual esse método se aplica, e que é, na sua formulação, o sistema linguístico entendido como sistema formal de valores puros, isto é, signos arbitrários. Este sistema, a *Língua* (conceito teórico em Saussure), está depositado na massa falante e temos assim a introdução, no estudo das línguas, da comunidade linguística, possivelmente por influência de estudos sociológicos da época, como os de Durkheim.

Olhar para uma língua tal como ela existe num determinado período de tempo (uma sincronia) é inovador assim como a ideia de sistema linguístico associado à criação de um objecto de análise. São estas concepções que estão na base de uma outra Utopia: descrever a estrutura das línguas e distinguir a realização concreta feita pelos falantes de elementos formais abstractos. Estas ideias levam a distinguir, pelo Círculo Linguístico de Praga, em 1929, Fonética e Fonologia e são ideias paralelas que

se desenvolvem no outro lado do Atlântico com Bloomfield e Sapir na mesma época.

Sem dúvida há uma parte individual e uma parte social na linguagem. No entanto, Saussure, possivelmente influenciado pelos estudos do século anterior, coloca na *Língua*, que é do domínio da massa falante, o arbitrário (nos nossos termos – o Léxico) e o relativamente arbitrário também (nos nossos termos – a Morfologia), sendo a língua um mero sistema de palavras (ou morfemas) e deixando à *Fala* (*'Parole'*) a capacidade criativa individual da construção de frases. Talvez por isso e pelas condições diversas de surgimento do estruturalismo nos Estados Unidos é aqui que se criam condições para o desenvolvimento de teorias sintácticas dominantes, como a Gramática Gerativa proposta por Chomsky (1957), em parte com base nos trabalhos de Z. Harris.

Os estudos linguísticos foram assim, ao longo deste período, transformando alguns mistérios em problemas e encontrando algumas respostas às perguntas que se foram colocando. Mas como dar conta do ilimitado poder expressivo das línguas?

Muitas pessoas pensam que uma língua serve apenas para realizar a nossa necessidade de comunicar. Também serve. Mas nesta abordagem simplista, para cada ideia há uma palavra e vice-versa e enunciamos as palavras numa ordem que reflecte as ligações entre as ideias. Nesta visão, a língua não seria um sistema complexo dado que a complexidade estaria nos significados das palavras e a língua apenas reflectia essa complexidade directamente. Mas veja-se, a título exemplificativo, que esta concepção coloca alguns problemas quanto à posição do adjectivo em posição atributiva em Português e em Inglês: afinal primeiro surge o nome ou o adjectivo, ou os falantes destas duas línguas pensam de modo diferente? Ou ainda o caso das línguas com ordens de palavras diferentes, como é o caso do Gaélico com a ordem básica VSO, ou o Turco com a ordem SOV, distinguindo-se do Português e do Inglês que são línguas SVO.¹¹

De facto, as línguas expressam significado através do som, mas não num único passo. As frases são construídas numa espécie de linha de montagem composta por vários módulos. Num armazenam-se as palavras memorizadas (o Léxico mental) e noutros dois temos um conjunto de regras que combinam, num deles, palavras e partes de palavras (mor-

femas) em palavras mais vastas – a Morfologia, e no outro um conjunto de regras que combinam palavras em sintagmas e frases – a Sintaxe. Estas três componentes passam mensagens acerca do significado num vaivém constante com o resto da mente de forma a que as palavras organizadas segundo uma certa ordem correspondam ao que o falante quer dizer. Esta interface é a Semântica. As palavras, sintagmas e frases assim montadas passam pelo crivo de um conjunto de regras de forma a corresponder a um padrão de sons de uma língua que podemos pronunciar quando falamos ou extrair de uma corrente de som quando ouvimos – a Fonologia.

Todos estamos habituados a reconhecer palavras – embora a sua definição seja difícil de determinar, havendo várias concepções – e as crianças começam a aprender palavras antes de um ano e no segundo ano de vida aspiram-nas a uma média de uma de duas em duas horas. Quando entram para a escola comandam 13000, um estudante médio do secundário conhece cerca de 60000 e um adulto com formação superior talvez o dobro destas. Estes dados de um estudo feito há uns anos nos Estados Unidos, relatado por Pinker (1995: 149-151), revelam ainda que as obras completas de Shakespeare apresentam 15000 palavras diferentes e o léxico activo de um americano médio é de 5000 palavras. Por outro lado, alguns estudos revelam que o significado de uma palavra falada acede ao cérebro do ouvinte em cerca de um quinto de um segundo, antes mesmo de o falante ter acabado de a produzir e uma palavra escrita (impressa) num oitavo de segundo.¹² O processo de produção também é rápido pois demora um quarto de segundo a encontrar uma palavra para nomear um objecto e outro quarto de segundo para programar a boca e a língua (Levelt *et al.* 1998 *apud* Pinker 1999).

Num famoso texto Julieta pergunta: «What's in a name?» «That which we call a rose by any other name would smell as sweet». Mas em Linguística, «what is in a name» é que os membros de uma comunidade linguística concordam tacitamente em usar uma certa cadeia de sons para um determinado significado. Por isso, a questão que Lewis Carroll (talvez mais apropriadamente se devesse dizer o lógico Charles Dodgson) coloca no seguinte diálogo entre Humpty Dumpty e Alice, em *Alice do Outro Lado do Espelho*, está também em grande medida fora de questão.

Humpty Dumpty: «E um [dia] apenas para presentes de anos, vês? Aí está a tua glória!»

«Não sei o que queres dizer com 'glória'» disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desprezo. «Claro que não, até eu to explicar. O que eu queria dizer era 'aí está um argumento para te abater'».

«Mas 'glória' não significa 'um bom argumento para te abater'» objectou Alice.

«Quando uso uma palavra», disse Humpty Dumpty com desdém, «ela significa exactamente o que eu quero que ela signifique – nem mais nem menos»...

(Carroll 1977b: 81)

A ideia da arbitrariedade do signo funciona porque falante e ouvinte podem aceder a entradas idênticas no seu «dicionário mental». Uma entrada lexical é uma espécie de endereço na memória: precisa da informação sonora, da informação do conceito e por último, da categoria a que pertence. Claro que isto é uma grande simplificação do ponto de vista linguístico e nem sequer se está a considerar casos como o da poesia expresso num poema de Manoel de Barros, em *O livro das ignoranças*:

No descomeço era o verbo
Só depois é que veio o delírio do verbo
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele
delira.
E pois.
Em poesia que é voz de poeta, que é voz de fazer
nascimentos –
O verbo tem de pegar delírio.

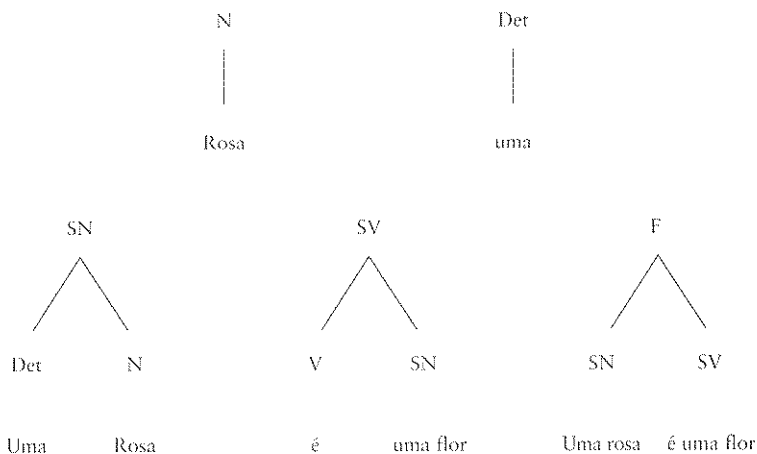
(Barros 1993: 15)

Embora possamos falar por palavras isoladas, essa não é a forma mais comum de o fazermos, pois precisamos, em muitos casos, de as combinar em sintagmas e frases em que o significado dessa combinação pode ser inferido dos significados das palavras e da forma como estão associadas. Esta observação, aparentemente tão simples, assenta no Princípio de

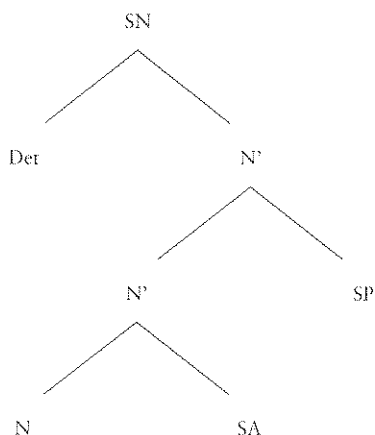
Composicionalidade proposto pelo lógico Gottlob Frege nos finais do século dezanove. Assim, uma palavra como *rosa*, que Julieta considerava não poder ser outra para designar a flor perfumada, pode entrar em várias combinações e adquirir outros significados, como é o caso de *Rosa vermelha*, *Rosa púrpura do Cairo*, *A rosa é uma flor*, *Uma rosa é uma rosa*, *Ele comprou uma rosa*. Mas, quando combinamos palavras, a sua ordem é também crucial pois *O rapaz viu a rapariga* não é a mesma coisa que *A rapariga viu o rapaz*. E novamente Lewis Carroll nos mostra isso no seguinte excerto de *Alice no País das Maravilhas*:

- Então deves dizer o que queres dizer! – continuou a Lebre de Março.
- Eu digo o que quero dizer – replicou prontamente Alice. – pelo menos quero dizer o que digo... é a mesma coisa, claro!
- Não é nada a mesma coisa! – respondeu o Chapeleiro. – Se fosse a mesma coisa, podias dizer que «eu vejo o que como» é a mesma coisa que «eu como o que vejo».
- E podia afirmar – juntou a Lebre de Março – «que gosto daquilo que tenho» é a mesma coisa que «tenho aquilo de que gosto!». (Carroll 1977a: 156)

A este código, protocolo ou conjunto de regras que especifica como as palavras podem ser ordenadas em combinações com significado, chama-se *Gramática*. Este poder combinatório é fundamental pois permite associar palavras em sintagmas de acordo com as categorias:



Outras regras especificam outros tipos de combinação e de certa forma sustentam o seu significado. Veja-se *A rosa púrpura do Cairo* em que o nome (N) é o núcleo do sintagma, o adjetivo (SA) o modifica (pois há mais rosas do que rosas púrpuras) e o SP *do Cairo* expressa a localização. De certa forma a representação sintáctica (que neste caso se está a considerar de baixo para cima) dá conta dessas diferenças:



Estas regras simplificadas, embora muito áridas, ilustram um poder expressivo fantástico acessível pela Gramática: 1. são produtivas por especificarem uma cadeia de tipos/ categorias de palavras e não as próprias palavras; 2. os símbolos contidos nas regras são abstractos pois a regra não diz que a frase pode começar por um conjunto de palavras, mas diz que pode começar por um sintagma nominal (SN) (numa língua como o Português); 3. as regras são combinatórias na medida em que qualquer posição na frase oferece uma escolha de palavras de uma extensa lista.

Este poder é tão excepcional que vale a pena fazer um exercício. Se imaginarmos que uma língua tem 4 determinantes e 10 000 nomes, temos $4 \times 10\,000$ maneiras de enunciar um SN. Se a estes acrescentarmos 4 000 verbos, obtemos 160 000 000 possibilidades de produzir as primeiras três palavras de uma frase. Mas se ainda acrescentarmos 4 determinantes para o objecto directo, chegamos a 640 000 000 que, associados aos 10 000 nomes, nos permite chegar a 6 400 000 000 000 de possibilidades

de uma frase com cinco palavras. Muitas destas combinações são agramaticais, mas mesmo com um conjunto de restrições, o poder expressivo de uma língua é realmente espantoso.¹³

E esse poder envolve também o significado. Uma parte considerável da investigação semântica centra-se na relação entre a expressão linguística e aquilo que ela refere, melhor, centra-se no significado que surge a partir da combinação de expressões mais elementares em grupos de palavras e em frases. Isto é, o significado do todo é uma função do significado das suas partes e da forma como estão associadas, tendo em conta as restrições (sintáticas, lexicais e semânticas) sobre as combinações possíveis. É a consideração da estrutura que conduz uma teoria semântica para além da visão tradicional de que o significado se resume ao estudo das palavras. Na verdade, não só o Léxico é estruturado, como um grande número de palavras, em particular as de formação regular, são, elas próprias, constituídas por unidades mínimas portadoras de significado, que se combinam de acordo com regras.

A gramática é assim um exemplo de sistema combinatório em que um pequeno conjunto de elementos pode ser ordenado por regras num imenso conjunto de objectos distintos. Nesta medida vale a pena ter presente que oito bits definem dois elevado à potência oito, o que é igual a duzentas e cinquenta e seis possibilidades combinatórias e isto é mais do que suficiente para os numerais, sinais de pontuação e letras maiúsculas e minúsculas do nosso sistema de escrita. Mas uma outra comparação pode ser feita com um código que há milhões de anos determinou uma instrução de uma cadeia de três bases numa molécula de DNA para seleccionar um aminoácido de modo a organizar uma proteína. Como há quatro tipos de bases, uma cadeia de três bases permite sessenta e quatro possibilidades e isto é suficiente para dar a cada um dos vinte aminoácidos constituintes das proteínas a sua própria cadeia.

Mas talvez a descrição mais forte de um sistema combinatório seja a história da *Biblioteca de Babel* de Jorge Luís Borges segundo a qual a biblioteca existe *ab eterno* e o livro do futuro está nessa biblioteca com milhares de galerias em que uma pequena mudança na combinação de vinte e duas letras, vírgula, ponto e espaço é suficiente para se obter um livro diferente. Como se vê nesta história, o número de elementos básicos é

finito e reduzido, mas a alteração de posição de um deles é suficiente para produzir um livro novo. Se simplificarmos e aceitarmos que os elementos básicos numa língua são as palavras, em número muito maior do que o proposto por Borges mas mesmo assim finito, podemos considerar que estamos perante uma boa metáfora do poder combinatório das línguas. Mas estas têm ainda um outro poder que consiste em permitir que uma frase apareça dentro de outra e isto constitui a propriedade de recursividade em que uma mesma categoria pode ser repetida ao infinito. Uma frase complexa constituída por duas frases como *A Maria disse que a Ana comprou uma rosa* ilustra este poder, mas podemos compará-la com *A Maria lamentou que o João tenha dito que o António se lembrou de que a Ana tinha pensado...* e verificar que poderíamos continuar infinitamente. Exemplos como este último só não acontecem porque a nossa mente finita não consegue processar a partir de um certo momento, como Lewis Carroll bem notou na conversa entre Alice e a Rainha:

Rainha: Quanto é $1+1+1+1+1+1+1+1+1+1+1...$?

Alice: não sei, perdi a conta...

Rainha: ela não sabe contar! (Carroll 1977b: 117)

Assim, a criatividade que Saussure associava à parte individual da linguagem é também governada por regras, tal como o relativamente arbitrário, que envolve a formação de palavras, que, neste caso, o linguista coloca a par do arbitrário. Com efeito, trata-se de um léxico (os elementos arbitrários) por um lado e de um vasto conjunto de expressões que assentam no poder combinatório, regido por regras (morfologia, sintaxe e semântica).

A ideia de que a criatividade (ou produtividade) inerente às línguas pode ser explicada por uma gramática de regras combinatórias é normalmente associada a Noam Chomsky, mas este foi buscá-la a Wilhem von Humboldt, que em 1836 explicou a linguagem como «um infinito uso de meios finitos». Porém, esta concepção parece poder encontrar-se ainda antes, pois, de acordo com Chomsky (1966), Humboldt é o último de uma tradição de «linguística cartesiana». ¹⁴ Com efeito, Descartes observou que um sistema decimal permite que se aprenda num dia os nomes de todas as quantidades até ao infinito e sugeriu que uma linguagem

artificial construída com os mesmos princípios podia organizar todos os pensamentos humanos. Leibniz, por sua vez, em *Ars Combinatoria* propõe uma gramática lógica universal que produziria só sequências de ideias válidas, banindo toda a irracionalidade.

O sonho de utilizar o poder combinatório leva o bispo John Wilkins a propor uma língua filosófica em que não há lugar para o arbitrário pois achava que os nomes deviam ser construídos na base combinatória, mas o seu sistema não vingou, assim como, mais perto de nós, o Esperanto não é difundido. A utopia, que não é linguística, de uma língua única, que se supõe ter existido antes de Deus ter dado várias línguas aos homens de forma a não alcançarem o céu, construindo a torre de Babel, faz com que se confunda com a ideia de língua perfeita.¹⁵

Um sistema combinatório é extremamente produtivo, mas uma língua não é só isso. O interesse desse sistema é que explicita combinações que não foram consideradas anteriormente, mas das quais se pode querer falar tornando possível que, como se disse acima, possamos falar do que não existe ou está por existir. Uma gramática combinatória permite-nos falar de um mundo combinatório, um mundo em que as rosas são azuis ou verdes, ou em que um homem mordeu um cão. Mas os objectos e acções mais comuns formam uma lista não combinatória de espécies distintas – unidades discretas, categorizáveis ou esquematizáveis. O mundo parece assim ter algo de analógico, mas a mente parece ser em grande medida digital e por isso a memória tem também um papel crucial nesta matéria. Nessa medida aprendemos palavras ao longo da vida, mas adquirimos o sistema combinatório específico nos primeiros anos de vida.

De facto, parece que sabemos mais do que aprendemos: uma criança adquire um sistema produtivo (uma gramática) na base de muito pouca experiência. E por isso há mais no céu e na terra do que simples imitação do que a criança ouve. Como explicar formas como «sabo» (semelhante morfológicamente a *canto*), «fazi» (semelhante a *comi*), que uma criança não ouviu com certeza, mas que atestam o domínio das regras morfológicas de flexão?

Uma hipótese forte é a de que uma língua emerge de uma interacção entre a nossa herança genética e o contexto linguístico a que se está exposto. Mas o que é essa herança genética? Digamos que todos vimos

equipados com princípios gerais – a que nalgumas teorias se chama Gramática Universal – que se pode assumir como uniforme na espécie e que determinam um potencial de adaptações ao contexto linguístico. Foi defendido por Chomsky (1986, 1995) e outros que na aquisição se estabelecem as especificidades (ou parâmetros) da língua em questão, ou mais recentemente que esses parâmetros fazem também parte da Gramática Universal e a criança selecciona-os e fixa-os em função da língua da comunidade em que está inserida. Por isso, linguisticamente, todos temos o mesmo potencial para falar Japonês, Sueco, Suaíli, Emakwa ou Português.

Mas está-se ainda numa fase semelhante àquela em que se encontrava Mendel quando em 1865, num mosteiro de Brno, postulou factores genéticos para explicar as diferentes características resultantes dos cruzamentos de ervilhas. Esses princípios mantêm validade geral, embora ele não tivesse uma noção de como poderiam ser instanciados biologicamente.¹⁶

Com efeito, a ideia de como tal informação da Gramática é representada é ainda precária, pois há vários modelos de Gramática Universal e estes mudam à medida que se modifica o conhecimento que se vai tendo sobre variação, mudança, aquisição... Mas se uma criança pode adquirir num breve período de tempo qualquer língua, precisamos de fundamentação empírica sobre a GU, mantendo os princípios postulados razoavelmente plásticos para dar conta das diferentes línguas do mundo. Esta é assim, uma das grandes Utopias da Linguística actual!

Por outro lado, as teorias actuais do significado tomam-no como um potencial de significado e uma teoria parcial do significado permite que o nosso universo cresça e que a nossa visão da situação se altere à medida que acrescentamos mais informação. O estudo do significado é não só combinatório (ou composicional, nos termos de G. Frege) como também processual, isto é, não é estático. No entanto, o que compreendemos acerca da semântica das línguas naturais, embora seja já considerável, é seguramente muito menos do que aquilo que não compreendemos. Captar toda a complexidade que envolve o significado é também uma Utopia, relativamente à qual estamos só a antever alguns problemas, havendo ainda muitos mistérios.

Voltamos na Linguística actual à comparação entre as línguas como no século dezanove, mas fundamentada de forma muito diversa. Volta-

mos à questão de algo único e específico da espécie humana tal como Descartes já o dizia, por razões muito diferentes, na 5.^a parte do *Discurso do Método*, mas a perspectiva e o ponto de partida são completamente diversos. Voltamos à articulação linguagem/pensamento e à importância da mente – questão longamente debatida e adormecida durante o século dezanove e parte do vinte, embora Brugman falasse da parte mental da linguagem –, mas com o contributo também da Psicologia, da Psicolinguística e das Neurociências.

Ganhámos muito em modelos teóricos, temos um melhor conhecimento de muitas línguas faladas no mundo e da história de algumas, temos aprendido sobre as fases de desenvolvimento da criança, temos mais conhecimentos sobre o cérebro e sobre como deficiências ou danos podem afectar a linguagem, temos mais conhecimentos sobre a percepção dos sinais da fala e hoje as teorias dinâmicas estão na ordem do dia encarando o significado como um potencial significativo que se constrói de modo não estático. E vamos tendo cada vez mais a capacidade de fazer interagir várias áreas da Linguística assim como de interagir com diferentes domínios do conhecimento humano tal como aconteceu no século dezanove, embora as questões que se colocam actualmente sejam diferentes.

Estamos portanto em condições de resolver alguns problemas e de começar a olhar para outros, mas ainda nos restam alguns mistérios, que se tornarão problemas na medida em que formos sabendo fazer as perguntas certas. Mas em Linguística, como noutros domínios científicos ou na vida, a viagem que se faz é essencial e fundadora qual *Odisseia* de Ulisses. A aventura da procura e da descoberta é aliciante mas também é verdade que, como diz o poeta Thiago de Mello, «às vezes não é tanto o caminho novo, mas o jeito de caminhar».

¹ Neste caso com as propriedades relevantes num determinado contexto sócio-cultural como se pode ver com a palavra *alguém* em «estuda para seres alguém!».

² Veja-se o insucesso da escola de línguas, em *Viagens de Gulliver*, quando os sábios tentaram falar com objectos em vez de palavras.

³ Note-se como esta preocupação, sob outras formas, está, de certo modo, presente nas simulações em Inteligência Artificial.

⁴ A este respeito, veja-se Lightfoot (1999: 28) ou ainda Eco (1996).

⁵ O termo «lei fonética» é usado pela primeira vez por Franz Bopp, embora as leis de Jacob Grimm (1822) constituam um marco na história da comparação entre línguas.

⁶ Veja-se a este respeito Eco (1993/1996).

⁷ Embora o interesse pela etimologia seja muito antigo, os estudos etimológicos tal como os conhecemos foram de certa forma iniciados por August Pott que, ao publicar a partir de 1833 *Investigações Etimológicas*, estabelece que a etimologia de uma forma linguística é a sua história, isto é a procura da forma mais antiga nessa língua e as formas em línguas relacionadas.

⁸ Note-se que esta questão estava enquadrada nas preocupações de parte do século XIX, em particular o período do romantismo (língua/cultura/raça) ao qual se associa um interesse pelo médio oriente e pela Índia.

⁹ Note-se como a concepção de Einstein é diferente: $E=mc^2$ (diferença de massas e velocidade da luz). Porém, hoje já se questiona o valor de c , como se pode ver em Magueijo (2003).

¹⁰ É desta época a distinção entre línguas vivas e línguas mortas.

¹¹ 'S' simboliza a função sintáctica sujeito, 'O' objecto directo e 'V' verbo.

¹² Veja-se Rayner e Pollatsek (1994), *apud* Pinker (1999: 3).

¹³ A este respeito veja-se Pinker (1999).

¹⁴ Numa outra perspectiva veja-se Eco (1993/1996).

¹⁵ Sobre a questão da língua perfeita, veja-se Eco (1993/1996).

¹⁶ Curiosamente, as suas leis da hereditariedade envolvem poder combinatório, pois veja-se, a título exemplificativo, a sua 3.^a lei: quando se combinam os indivíduos da geração F2, resultante do cruzamento de 2 raças puras que diferem em 2 caracteres das 16 combinações possíveis dos 2 genes, resultam 9 genótipos diferentes agrupados em 4 fenótipos com a proporção de 9:3:3:1.

Obras Citadas

- Barros, Manoel (1993), *O Livro das Ignorâncias*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- Bloomfield, Leonard (1933), *Language*, Londres, George Allen & Unwin.
- Carroll, Lewis (1977a), *Alice no País das Maravilhas*, Lisboa, Edição Afrodite.
- Carroll, Lewis (1977b), *Alice do Outro Lado do Espelho*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Chomsky, Noam (1957), *Syntactic Structures*, Haia, Mouton.
- Chomsky, Noam (1966), *Cartesian Linguistics*, Nova Iorque, Harper and Row.
- Chomsky, Noam (1986), *Knowledge of Language: its nature, origin and use*, Nova Iorque,
- Praeger. Trad. Portuguesa: *O Conhecimento da Língua: sua Natureza, Origem e Uso*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

- Chomsky, Noam (1995), *The Minimalist Program*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- Davies, A. M. (1998), *Nineteenth-Century Linguistics. History of Linguistics*, ed. G. Lepschy, vol.4, Londres, Longman.
- Eco, Umberto (1996), *A Procura da Língua Perfeita*, Lisboa, Editorial Presença.
- Frege, Gottlob (1892), «Über Sinn und Bedeutung» in *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, pp 22-50. Trad. Francesa: *Écrits logiques et philosophiques*, Paris, Editions du Seuil.
- Levelt W. J. et al.(1998), «A MEG study of picture naming» *Journal of Cognitive Neuroscience*, 10, pp. 553-67.
- Lightfoot, David (1999), *The Development of Language. Acquisition, Change and Evolution*, Oxford, Blackwell.
- Magueijo, João (2003), *Mais Rápido que a Luz. A Biografia de uma Especulação Científica*, Lisboa, Gradiva.
- Pinker, Steven (1995), *The Language Instinct*, Londres, Penguin Books.
- Pinker, Steven (1999), *Words and Rules. The Ingredients of Language*, Nova Iorque, Basic Books.
- Rayner, K & A. Pollatsek (1994), *The Psychology of Reading*, Mahwah, NJ, Erlbaum.